

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1503884 - RS (2019/0132771-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA

AGRAVANTE : NELSON TANAKA

**ADVOGADOS : ANTONIO CARLOS BERNARDINO NARENTE -
PR031728**

ARIELTON TADEU ABIA DE OLIVEIRA - SP307035

VICTOR HUGO AMORIM ROSA SOUZA - PR067795

THAIS TAKAHASHI - PR034202

AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUISITOS. AUSÊNCIA. PARÂMETRO DE RENDA *PER CAPITA*. EXCLUSIVIDADE. DESCABIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Terceira Seção, no julgamento do REsp n. 1.112.557/MG, sob o rito dos repetitivos, consolidou a orientação segundo a qual o critério objetivo de renda *per capita* mensal inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo – previsto no art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 – não é o único parâmetro para aferir hipossuficiência, que poderá ser aferida por outros meios de prova.

2. Caso em que a Corte regional julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial com base também na situação familiar, além do critério previsto no art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/1993, considerando inexistente o alegado estado de miserabilidade da parte requerente, de modo que não há como acolher a tese recursal sem que se proceda ao reexame do conjunto fático-probatório, o que esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator